

Transcrição

Excerto da Acta da Câmara Municipal da Lourinhã

Sessão ordinária de 5 de agosto de 1914

Livro nº 13, fols. 6 – 20v

“(…) Deliberações

Pelo presidente da comissão executiva, Joaquim Henriques Horta d’Almeida foi dito que sendo numerosos os vendedores ambulantes neste concelho sem que, pelo seu comércio, paguem quaisquer impostos a este mesmo concelho o que não acontece ao comercio local que se vê a braços com a crise, que vai tomando proporções assustadoras, e sobrecarregado com pesadissimas contribuições, por isso desejando que aqueles contribuam com quaisquer importancias para o concelho onde exerçam a sua industria, o que é equitativo, apresentou, depois de a ter desenvolvido devidamente a seguinte:

Proposta

Proponho que a Camara Municipal deste concelho, usando da faculdade que lhe confere os numeros desaseis e trinta e dois do artigo noventa e quatro da Lei administrativa de sete de agosto de mil novecentos e treze, face ao Capitulo IV do seu Codigo de Posturas o |^{6v} o seguinte aditamento:

Artigo 88.º A._Os donos de estabelecimentos comerciais ou industriais fixos são obrigados a requisitar anualmente e por cada estabelecimento, licença na secretaria da Camara, pagando as seguintes taxas anuais, sob pena da multa de 3\$00:

1.º_ Estabelecimentos colectados na matriz da contribuição industrial como fanqueiro, ferragens, quinquelheiras, drogas, venda de objectos d’ouro, prata, relógios de mesa ou parêde e cercais 1\$00.

2.º_ Estabelecimentos colectados na mesma matriz como louça, vinhos, bebidas alcoolicas, fructas e hortaliças \$50.

§ unico._ Quando algum estabelecimento a que se referem os números 1.º e 2.º, tenha à venda artigos designados em ambos estes numeros, a taxa a pagar é a do numero 1.º

Artigo 88.º B._ Fica expressamente proibido aos vendedores ambulantes venderem neste concelho, os artigos do seu ramo de negocio, sem que tenham previamente solicitado na secretaria da Camara a competente licença e pago na tesouraria respectiva as taxas constantes da seguinte:

Tabela:

|⁷

Periodos	Artigos conduzidos em		
	Carroças ou bestas maiores	As costas em: cabazes, caixotes, canastras ou fardos	Outra qualquer forma
Um trimestre	4.00	2.00	1.50
Dois trimestres	8.00	3.50	2.50
Três trimestres	10.00	4.50	3.50
Quatro trimestres	12.00	7.00	4.50

§ primeiro._ A transgressão das disposições deste artigo será punida com as seguintes multas, além da apreensão dos artigos expostos, para garantia da multa:

Vendedores de artigos condusidos em carros ou carroças 6\$00.

Ditos idem em fardos, canastras, caixotes ou cabases 5\$00.

Ditos idem d'outra qualquer forma 1\$50.

§ segundo._ Ficam isentos das determinações deste artigo os vendedores de géneros alimentícios e bem assim os que expuserem quaisquer artigos à venda nos mercados e feiras deste concelho.

Paços do concelho da Lourinhã, 5 de agosto de 1914 (a) O Vereador – Joaquim H.H. d'Almeida.

Posta à discussão, pelo presidente, esta proposta, pediu a palavra o vereador João Maria da Silva Marques; e sendo-lhe concedida disse concordar com a doutrina defendida no artigo **88.º B** com o abdicamento |^{7v} de todas as taxas constantes da respectiva tabela que acha elevadíssimas; e discordar em absoluto da letra do artigo **88 A** seus números e parágrafo. Discorda desta disposição porque, como muito bem disse o vereador proponente, o comerciante está sobrecarregado com grandes tributos, por conseguinte para que sobrecarrega-lo mais?

Depois de fazer diversas considerações apresentou a seguinte

Proposta:

Que seja eliminado por completo o artigo **88º. A** e seus números e parágrafo e que a importância da taxa a pagar seja de 1\$50 - 1\$00 – e 0\$50 centavos anualmente por cada uma das formas, respectivamente constantes da tabela anterior, como os artigos expostos à venda forem conduzidos.

Que esta sua proposta seja submetida à apreciação da Câmara conjuntamente com a anterior.

O Vereador presidente da Comissão Executiva, tendo pedido ao presidente que lhe desse licença para uma explicação antes dos seus colegas se pronunciarem sobre os assuntos das propostas apresentadas, disse que propositadamente incluiu na sua proposta o artigo **88 A** e seus números para que não dissessem como ele é comerciante se havia poupado, mas que da melhor vontade pede ao presidente que retire da proposta o referido artigo |⁸ seus números e parágrafos, submetendo à apreciação da Câmara as restantes disposições constantes da sua proposta.

A Câmara depois de alguma discussão e de serem apresentados diversos alvitre, apreciando as duas propostas apresentadas acordou em organizar a seguinte postura, por todos os vereadores aprovada.

Postura

Capítulo IV

Disposições relativas ao exercício de comércio e indústria

Artigo 88º. A._ Fica expressamente proibido aos vendedores ambulantes venderem neste concelho os artigos do seu ramo de negócio, sem que previamente tenham solicitado na secretaria da Câmara a competente licença e pago na tesouraria respectiva as taxas constantes da seguinte tabela:

Periodos	Artigos vendidos		
	Em veiculos ou cavalgaduras maiores	Às costas em: Cabazes, caixotes, canastras ou fardos	De outra qualquer forma
Por um ano	6.00	3.00	1.50
Por 9 meses	4.50	2.25	1.13
Por um semestre	3.00	1.50	.75
Por um trimestre	1.50	.75	.38

§ 1.º A transgressão das disposições deste artigo será punida com as seguintes multas e com a apreensão dos artigos expostos para garantia das mesmas:

l^{8v} Aos vendedores de artigos conduidos em veículos ou cavalgaduras maiores...6\$00

Aos vendedores de artigos conduidos em cabases, caixotes, canastras ou fardos.....3\$00

Aos vendedores de artigos conduzidos de outra qualquer forma.....1\$50

§ 2.º _ Ficam isentos das determinações deste artigo os vendedores de géneros alimentícios e os que expuserem quaisquer artigos á venda nos mercados e feiras deste concelho.

Artigo 88.º B. _ Esta postura adicional ao Capitulo IV do Código de Posturas Municipais entra em vigor depois de cumpridas as prescrições legais, especialmente as do artigo noventa e seis da já referida lei de 7 d'agosto de 1913, no dia primeiro de janeiro proximo futuro.

Pelo mencionado presidente da Comissão Executiva também foi apresentado o projecto do regulamento para a fiscalização e cobrança dos impostos indirectos municipais, visto que o que se acha em vigor, pela sua antiguidade, se acha quase completamente revogado por leis ultteriores, projecto que é do teor seguinte:

Regulamento dos impostos indirectos municipais

Capitulo I.º

Disposições gerais

Artigo 1.º _ Os impostos indirectos municipais incidem, por taxa votada em orçamento, l⁹ sobre generos de consumo actualmente onerados com imposto ou n'aqueles que de futuro as substituam, ou n'aqueles que venham a ser onerados.

Artigo 2.º _ Os impostos indirectos serão liquidados por manifesto, avença, transgressão, apreensão ou arrematação.

Capitulo II

Liquidação e cobrança de imposto

Secção I

Dos manifestos

Artigo 3.º _ Na secretaria da Camara haverá um livro caderneta com dois talões e respectivo conhecimento em cada folha, sendo estas numeradas seguidamente e rubricadas de chancela pelo chefe da secretaria, para se lançarem os manifestos de todos os generos sujeitos ao imposto, e no mesmo se registará o movimento dos generos manifestados.

Artigo 4.º _ O manifestante responde para com a Camara pela importancia dos impostos que afecta o genero manifestado, mas esta responsabilidade suspende-se

provando o manifestante que o genero ainda existe em seu poder, e cessa provando que deteriorou ou que foi exportado do concelho. Em qualquer destes dois casos deve solicitar-se baixa no manifesto; no primeiro, mediante titulo legal que prove a inutilização do género por efeito de medidas sanitarias; no |^{9v} segundo, por guia que prove a saída do género para fora do concelho.

Artigo 5.º _ Ninguém poderá expôr nem vender ao publico géneros sujeitos ao imposto sem que tenha feito o competente manifesto na secretaria da Camara ou á pessoa subrogada em seus direitos, salvo o caso de avença por todos os géneros tributados que estiverem no mesmo estabelecimento.

§ unico. _ Esta obrigação compreende a exposição ou venda feita em lojas, açougues, tabernas, casas de pasto, hotéis, tendas, lugares certos ou incertos ou ainda nas proprias casas e vendas ambulantes.

Artigo 6.º _ O manifesto de gado abatido no matadouro municipal, ou em outros locais autorizados far-se-ha aí perante o competente empregado fiscal, que d'ele fará o devido registo.

§ 1.º _ No pêso das rêses abatidas far-se-hão sempre as deduções usadas para o estado.

§ 2.º _ No pêso do gado suino vivo far-se-ha o abatimento de 20% como compensação das banhas e miudezas não sujeitas ao imposto.

Artigo 7.º _ As declarações do manifesto podem ser escritas ou verbais.

a) Serão escritas e assinadas pelo manifestante e fiador quando o deva haver, sempre que não seja o próprio manifestante que as faça.

b) Serão verbais ou escritas á escolha do manifestante, quando seja este que as vá faser, devendo assina-las assim como |¹⁰ o fiador, se tiver lugar a fiança.

Artigo 8.º _ As declarações por escrito serão feitas em impressos fornecidos gratuitamente pela secretaria da Camara.

Artigo 9.º _ Em presença das declarações verbais ou por escrito, lavrar-se-ha na secretaria da Camara o termo na caderneta a que se refere o artigo 3.º entregando-se ao manifestante o 2º talão com o conhecimento respectivo para os fins do artigo 17.º

§ unico. – Por cada estabelecimento se lavrará um termo de manifesto no qual serão sempre discriminados os generos manifestados e o local da venda.

Artigo 10.º _ O vendedor que pretender para outra casa, loja ou armazém ou outro qualquer local de venda, generos de que no todo ou em parte tenha feito manifesto, é obrigado a declará-lo previamente na secretaria da Camara, que autorizará logo a transferência, procedendo-se às diligências fiscais que se julguem precisas.

§ 1.º _ As mesmas formalidades serão observadas nos casos de saída dos generos para fora do concelho, ou vice-versa, quando de qualquer outro concelho transitem generos sujeitos aos impostos e que venham para o consumo publico neste concelho, onde será paga a respectiva importancia.

§ 2.º _ Verificada a hipotese da transferencia para outro estabelecimento, lavrar-se-hão novos termos de manifesto aumentando-se o anterior.

Artigo 11.º _ Não é permitido manifesto |^{10v} por período superior a trinta dias.

SecçãoII

Das avenças

Artigo 12.º _ Os individuos que em quaisquer estabelecimentos, feiras, mercados, ou romarias pretendam vender generos sujeitos ao imposto indirecto municipal, é permitido avençarem-se com a camara por quantia que se presuma corresponder ao imposto sobre os generos que possam ser vendidos durante o prazo da avença.

§ 1.º _ Este prazo terminará sempre no fim dos meses de março, junho, setembro e dezembro.

§ 2.º _ Quando a avença for feita no decurso de um dos trimestres, será colectada até ao fim desse trimestre.

§ 3.º _ Nenhuma avença pode compreender mais d' uma casa ou local de venda.

§ 4.º _ As avenças são proibidas com os responsáveis pelo imposto correspondente ao gado abatido no matadouro municipal.

Artigo 13.º _ O individuo que pretender avençar-se apresentará na secretaria da Camara a proposta escrita no impresso fornecido gratuitamente pela mesma secretaria, ouvindo-se sempre a fiscalização que visará a proposta.

Artigo 14.º _ Aceite a avença lavrar-se-ha o termo no livro como constante do artigo 3.º que será numerado seguidamente e rubricado de chancela pelo chefe da secretaria cumprindo-se o que determina a parte final do artigo 9.º com referência ao pagamento.

Artigo 15.º _ Nenhuma avença será aceite a qualquer proponente sem que o respectivo imposto seja garantido por meio de fiança idonea ou o pagamento imediato á apresentação da proposta e depois de liquidada.

Secção III

Da liquidação

Artigo 16.º _ A liquidação dos impostos indirectos será feita apoz a apresentação da proposta para manifesto ou avença, nos termos do presente regulamento, podendo a que diz respeito ao imposto pelo gado abatido no matadouro ser feita no fim de cada quinzena e em face do registo existente neste estabelecimento.

Artigo 17.º _ Os impostos indirectos serão pagos imediatamente á respectiva liquidação, com excepção do que determina o artigo precedente sobre gado abatido no matadouro, sendo o pagamento efectuado na tesouraria da Câmara Municipal.

Secção IV

Da cobrança

Artigo 18.º _ Os impostos indirectos municipais serão pagos:

1º _ Pelo vendedor quando por grosso ou a miudo vender directamente para consumo particular;

2.º _ Pelo revendedor nas revendas para consumo publico;

3.º _ Pelo consumidor quando os generos forem directa ou indirectamente importados de fora do concelho.

^{11v} **Artigo 19.º** _ Sempre que o imposto não fôr pago no prazo digo pago nos termos do artigo 17.º ou até tres dias depois, terá a multa de 5% adicionais com designação ao que vai disposto no artigo 65.º.

Artigo 20.º _ Quando o contribuinte deixe de pagar o imposto no prazo designado no artigo 19.º e com as determinações ali consignadas, será avisado para o pagar, como ali se especifica, no prazo de 15 dias, findo qual, se não o fiser, se procederá á execução para embolso da fazenda municipal.

Capitulo III

Transgressões, descaminhos, apreensões e sua liquidação

Artigo 21.º _ É considerada transgressão aos preceitos do presente regulamento, a falta de rigorosa observância às disposições n' ele contidas.

Artigo 22.º _ De todas as transgressões descaminhos ou apreensões lavrará o respectivo empregado auto, que servirá de base ao processo, no qual relatará a diligencia feita e o cumprimento dado á disposição do artigo que segue.

Artigo 23.º_ O empregado deverá ter em vista no acto de conhecer da transgressão ou descaminho e faser a apreensão, as seguintes disposições, que constarão do auto a que se refere o artigo anterior:

- 1.º_ Tomar as precisas testemunhas a quem fará as devidas intimações;
- 2.º_ Intimar o transgressor a com- |¹² parecer na secretaria da Camara, a fim de expor o que tiver em sua defesa ou fazer-se representar, sob pena de revelia;
- 3.º_ Faser igual intimação aos conductores dos veículos ou gados apreendidos.
- 4.º_ Fazer remover para deposito os generos, veículos e gados apreendidos;
- 5.º_ Entregar imediatamente ao facto da transgressão ou apreensão, na secretaria da Camara, o auto referido.

§ unico._ Quando os géneros sejam de fácil deterioração, o deposito a que se refere o numero 4 será feito em uma das dependencias de qualquer estabelecimento da Camara ou dos paços do concelho, para os efeitos do artigo 28º.

Artigo 25.º_ No caso de descaminho de generos sujeitos ao imposto, serão estes apreendidos para garantir do pagamento do imposto, multa e custos.

Artigo 26.º_ Serão igualmente apreendidos os meios de transporte dos generos encontrados em descaminho, como veículos, gado, etc., para garantia de multa e custas.

Artigo 27.º_ Sempre que o transgressor queira depositar na tesouraria da Camara a importancia que a mesma digo a secretaria julgue necessária para garantia do imposto, multa e custas, ou a estes der fiança idonea, ser-lhe-ão entregues os generos apreendidos. A entrega, porem, só se efectuará depois de feito o deposito ou termo de fiança.

|^{12v} § 1.º_ O mesmo se observará em referência aos donos ou conductores de transportes.

§ 2.º_ Em qualquer das hipóteses deste artigo se lavrará o competente termo.

Artigo 28.º_ Os generos apreendidos serão confiados, pelo empregado fiscal que fiser a apreensão, a depositário idoneo, que nesta qualidade responderá por eles até que ordem de entrega lhe seja dada, por escrito, pela secretaria da Camara.

§ unico_ O mesmo processo terá logar com referência aos transportes apreendidos.

Artigo 28.º_ Quando os generos apreendidos forem de fácil deterioração e o transgressor não satisfaça ao preceituado no artigo 26.º, serão os generos vendidos em hasta publica e o seu produto depositado na tesouraria da Camara.

§ 1.º_ A venda, procedida de editais, terá logar no local onde o genero se achar depositado.

§ 2.º_ O Tempo entre a apreensão e a venda, dependerá da natureza e estado dos generos.

§ 3.ª_ De tudo e circunstancialmente se lavrará o respectivo termo.

Artigo 29.º_ As apreensões serão feitas em toda parte onde forem encontrados ou estejam sonegados generos descaminhados ao imposto.

§ unico._ Quando a apreensão tenha que se efectuar na casa de algum cida- |¹³ dão, o respectivo empregado procederá sempre com as formalidades da lei, requisitando auxilio à auctoridade competente.

Artigo 30.º_ O empregado Fiscal dará conhecimento á camara em nota semanal de todas as transgressões, descaminhos e apreensões.

Artigo 31.º_ Julgada pela Camara injusta e improcedente a transgressão ou apreensão, os generos ou transportes apreendidos e as importancias em deposito

serão restituídas, a seu dono, deduzidas as despesas já feitas, com o processo e tratamento dos animais depositados.

Artigo 32.º_ Julgando justa e procedente a transgressão ou apreensão, será liquidado o imposto devido e as competentes multa e custas.

Artigo 33.º_ Quando o transgressor se preste a pagar voluntariamente o imposto e multa liquidados, poderá dando fiador idóneo, gosar do prazo de cinco dias para entrar com a quantia em cofre, sendo-lhe entregues imediatamente os generos, transportes ou quantias em deposito.

Artigo 34.º_ Se o dono dos géneros apreendidos não contestar, o presidente da camara, lavrados os respectivos autos, levará o processo á primeira sessão camararia, deliberando a camara sobe a procedencia ou improcedencia da apreensão e pagamento do imposto, multa e custas.

Artigo 35.º_ Havendo contestação, proceder-se-ha á inquisição de testemunhas |^{13v} e outras diligencias que forem requeridas, as quais serão presididas pelo presidente da camara servindo de escrivão o Chefe da secretaria da Camara. De tudo se lavrará auto, o qual será levado á primeira sessão da Camara, afim de deliberar conforme vai disposto no artigo antecedente.

Artigo 36.º_ Das deliberações da Camara podem os condenados recorrer para o Juizo de Direito desta Camara no praso de 10 dias. Este praso conta-se desde a intimação da deliberação.

Artigo 37.º_ Dos generos apreendidos e abandonados em que não concorram as circunstâncias referidas no artigo 28.º, se procederá á venda em hasta publica no praso de 10 dias, contados da intimação por editais aos conhecidos ou desconhecidos donos dos mesmos generos.

Artigo 38.º_ Os generos apreendidos e abandonados são, como os transportes, pelo produto da sua venda, garantia ao imposto devido, multas e custas; mas, quando na venda não produzam a quantia suficiente para o que seja devido á fazenda municipal e custas do respectivo processo, ficam seus donos responsaveis pelos seus haveres até ao cumprido.

Artigo 39.º_ O, dono dos generos apreendidos deve sempre ser ouvido, ou seu representante, nos casos dos artigos 34.º e 35.º, correndo á revelia caso |¹⁴ não compareça.

Artigo 40.º_ São competentes para tomar conhecimento das transgressões, descaminhos e fazer apreensões todos os empregados a quem competir a fiscalização dos impostos indirectos.

Capitulo IV **Das denuncias**

Artigo 41.º_ São autorizadas as denuncias por quaisquer transgressões ou descaminhos.

§ 1.º_ As denuncias serão feitas na secretaria da camara e a seu respeito se guardará o mais absoluto sigilo, lavrando-se termo no livro respectivo, não sendo permitido extraviarem-se certidões dos termos que n'ele se lavrarem.

§ 2.º_ Este livro será rubricado pelo presidente da camara e os termos assinados pelo denunciante e pelo chefe da secretaria.

Artigo 42.º_ Se a denuncia se referir a transgressão ou descaminho, o chefe da secretaria extrairá certidão do termo respectivo, na qual ocultará o nome do denunciante, e fará intimar o denunciado para no prazo de 24 horas, contando da intimação confessar ou contestar a transgressão denunciada.

§ 1.º_ Confessada a transgressão o chefe da secretaria liquidará o imposto devido, multa e custas competentes; se for contestada, o mesmo funcionário remeterá a certidão do termo para o Juízo de Direito.

§ 2.º_ Se a denuncia se referir a |^{14v} tentativa de descaminhos, o chefe da secretaria d'acordo com a auctoridade administrativa, a quem pedirá auxílio, planejará e ordenará as diligencias necessárias para ser punida nos termos deste regulamento. Destas diligencias lavrará auto e procederá em seguida nos termos do artigo anterior.

Artigos 43.º_ Os empregados ao serviço dos impostos indirectos municipais não podem ser considerados denunciantes.

Capítulo V

Empregados fiscaes, licenças, declarações, varejos e guias de transito.

Artigo 44.º_ A Fiscalização dos impostos sobre generos de consumo compete:

1.º_ Aos arrematantes que ficam subrogados para este fim em todos os direitos da Camara.

Artigo 45.º_ É permitida a inspecção fiscal em todos os locais onde existam ou se presuma existirem generos sujeitos ao imposto.

§ unico._ Excetuam-se:

1.º_ As adegas, armazens, depositos, ou casas de produtores, que não tenham estabelecimentos de venda, quando tais adegas, armazens, depositos ou casas sirvam tão sómente para guardar os produtos das suas colheitas e não sejam contíguos a estabelecimentos de venda de generos sujeitos ao im- |¹⁵ posto nem tenham comunicação com estes, e só se vendam n'eles os mesmos produtos para serem revendidos ou exportados.

2.º_ Os estabelecimentos de vendam ao publico e respectivos depositos, quando seus donos estejam avençados para todos os generos que nos mesmos estabelecimentos se vendam.

Artigo 46.º_ os donos dos estabelecimentos e dos depositos dos generos sujeito ao imposto municipal são obrigados a fornecer aos empregados fiscaes as medidas e tudo mais que lhes for necessário para o exame da fiscalização.

Artigo 47.º_ As inspeções de que trata o artigo 46.º só poderão ser feitas desde o nascer ao ocaso do sol, observando-se sempre as prescrições estabelecidas nas leis vigentes.

Artigo 48.º_ São competentes para fazer estas inspeções todos os empregados encarregados da fiscalização, podendo ser coadjuvados neste serviço pela pessoa ou pessoas de que se fizerem acompanhar.

Artigo 49.º_ Toda a pessoa que neste concelho vender por grosso ou a retalho ou empregar em consumo próprio generos sujeitos ao imposto indirecto municipal, deverá pagar á Camara ou a quem esta legalmente transferir esse direito, o imposto que onerar os referidos géneros.

§ unico._ Não são sujeitos ao imposto os generos consumidos pelo productor e sua familia.

|^{15v} **Artigo 50.º**_ Todos os generos para venda sujeitos ao imposto que transitarem dentro da area do concelho para consumo ou exportação, deverão ser acompanhados de uma guia de transito assinada pelo chefe da secretaria da Camara e com o selo branco deste municipio.

§ 1.º_ Excetuam-se os generos vendidos, comprados ou pertencentes a cidadãos avençados com a Camara.

§ 2.º_ Os empregados encarregados da fiscalização deverão proceder a todas as indagações precisas para conhecer da proveniência e destino dos generos encontrados em transito.

§ 3.º_ As guias de que trata este artigo deverão conter:

1.º_ Numero d' ordem;

2.º_ Nome do conductor;

3.º_ Designação da especie e quantidade dos generos conduzidos;

4.º_ O fim a que se destinam;

5.º_ O local aonde se dirigem;

6.º_ A fôrma da condução, isto é, se o género é conduzido em uma ou mais cargas, ou veículos, e a especie destes;

7.º_ Data e assinatura.

Artigo 51.º_ Os generos que transitarem sem guia serão apreendidos e depositados por conta de quem pertencerem, para garantia da multa em que incorrem os transgressôres.

Artigo 52.º_ Os vendedores do conce- |¹⁶ lho de generos sujeitos ao imposto indirecto municipal, deverão dirigir-se à secretaria da Camara e solicitar a guia de transito e, só depois de a obterem, poderão expôr ou fazer venda dos ditos generos.

§ unico._ Excetuam-se os vendedores avençados com a camara.

Artigo 53.º_ Os vendedores ambulantes de fóra do concelho, de generos sujeitos ao imposto municipal, deverão observar o disposto no artigo 51.º, quando não estejam avençados com a camara.

Capitulo VI

Das penalidades

Artigo 54.º_ Os descaminhos ou subtrações de generos sujeitos ao imposto serão punidos com a multa de 50% do valor do generos descaminhados ou subtraídos, servindo de base para o calculo o preço de revenda no logar da apreensão, não podendo em todo o caso exceder a 20\$00 nos termos da lei.

§ unico._ Em igual multa incorre o conductor pelo genero que exceder a quantidade designada na guia.

Artigo 55.º_ As transgressões das disposições deste regulamento são punidas com a multa de 2\$00. Por cada reincidência mais 1\$00 até ao limite legal agravando-se a pena de prisão até trinta dias, nos termos do artigo 188.º doCodigo Penal.

Artigo 56.º_ Para a imposição das multas os donos dos generos ou dos transportes são responsaveis |^{16v} pelos actos dos seus representantes, seja qual fôr o título ou condição por que forem representados.

Artigo 57.º_ As multas são pagas voluntariamente ou em virtude de sentença judicial.

Artigo 58.º_ As transgressões deste regulamento serão julgadas pelo Juízo de Direito desta Comarca, ao qual se enviarão os autos respectivos.

§ unico._ Nos casos de apreensão o Juizo de Direito só julgará por via da reclamação, das deliberações da Camara, nos termos do artigo 36.º.

Artigo 59.º_ As multas impostas pelas transgressões deste regulamento serão divididas em duas partes iguais pertencendo uma ao empregado ou pessoa que participar a transgressão ou descaminho, e a outra ao cofre municipal.

Artigo 60.º_ As testemunhas devidamente intimadas que não comparecerem no dia e hora marcados na secretaria da Camara, serão consideradas transgressoras deste regulamento e punidas nos termos do artigo 55.º.

Artigo 61.º_ Os empregados especialmente empregados digo especialmente encarregados da fiscalização dos impostos municipais, que não multarem, apreenderem, derem participação ou por qualquer forma deixarem de observar todas as disposições deste |¹⁷ regulamento, serão punidos com a multa de 2\$00 a 10\$00, suspensos ou demitidos, conforme o caso exigir.

Artigo 62.º_ Todo o empregado que indevidamente cobrar os impostos, será punido conforme o caso pedir, e o contribuinte não terá direito a haver a importância paga, se esta não tiver chegado ao seu destino.

Capítulo VII

Disposições finais

Artigo 63.º_ Compete mais ao chefe da secretaria da Camara:

1.º_ Fazer ou dirigir toda a escrituração necessária para a execução deste regulamento;

2.º_ Ter sempre em dia o livro dos manifestos, dos depositos e das avenças:

3.º_ Informar, sempre que lhe seja pedido pela Camara, o estado da cobrança dos manifestos, depositos e avenças.

4.º_ Vigiar pelo cumprimento dos deveres de todos os empregados do serviço da fiscalização dos impostos municipais, que ficam sendo seus subalternos dirigindo-os em todos os serviços de fiscalização sob a superintendencia imediata do presidente da Camara, a quem diariamente informará, na secretaria a seu cargo, das ocorrências nestes serviços.

Artigo 64.º_ Só ao tesoureiro, seus propostos ou arrematantes é permitida a cobrança dos impostos municipais.

|^{17v} **Artigo 65.º**_ Todo o empregado que do seu zelo e bom serviço dê provas, provas pôde ser louvado e remunerado extraordinariamente.

Artigo 66.º_ Constituem receita municipal, depois de liquidado e pago o que fôr devido pelo imposto, multa e custas, os depósitos efetuados em virtude do disposto no artigo_____,se não forem reclamados no prazo de 180 dias, contados da citação por edital.

Artigo 67.º_ O presente regulamento começará a vigorar depois de publicado, no primeiro de janeiro próximo futuro.

Artigo 68.º_ Ficam revogadas todas as disposições anteriores sobre fiscalização dos impostos indirectos municipais.

Terminada a leitura deste regulamento com o qual a camara concordou plenamente, deliberou esta, como determina o artigo noventa e seis da lei de sete d'agosto de mil novecentos e treze, digo esta usando da faculdade que lhe confere o numero desasete do artigo noventa e quatro da lei de sete d'agosto de mil novecentos e treze em o aprovar por unanimidade ordenando a sua publicação dentro do corrente ano.

Também deliberou, como determina o artigo noventa e seis da mesma lei, ouvir as juntas de freguesia |¹⁸ deste concelho, sobre a venda em hasta publica, para cuja praça designou o dia vinte e três do corrente com a assistencia do presidente da Comissão Executiva, de toda a madeira existente no pinhal no sítio de Cataverde; e sob o adicionamento ao Código de Posturas, fazendo sentir áquelas corporações que o seu silencio sobre o assunto para que são ouvidas até á primeira sessão ordinária desta Camara, será considerado como dando a sua aprovação a estas deliberações.

Imediatamente passaram a ser lidas todas deliberações que a comissão executiva, usando da faculdade que lhe confere o artigo cento e um da citada lei de

sete d'agosto, tomou no interregno da sessão ordinaria d'abril até á presente, em cujas deliberações entram diversos aforamentos, nomeação d'um médico municipal, diversas obras etc.

Terminada a leitura foram por unanimidade e sem o menor reparo por parte de algum vereador, aprovadas e confirmadas todas as deliberações, incluindo também a da conveniencia de ser expropriada por utilidade publica uma propriedade urbana em ruínas sita na Praça da Republica nesta vila, pertencente a António Henriques de Matos desta mesma vila, auctorizando a Comissão Executiva a proceder á or- |^{18v} ganização do respectivo processo, que será presente á próxima sessão ordinaria para ser deliberado qual o destino de maior utilidade pública a dar ao competente recinto.

Acto continuo o vereador António Vieira, lendo uma carta que recebeu sobre a comunicação que lhe fôra dada de ter sido aprovada pelo Inspector Escolar do circulo de Torres Vedras obras feitas no edificio escolar do Casal do Azeite, propõe que seja aberto o respectivo concurso para o provimento da mesma escola, proposta que foi por unanimidade aprovada; fazendo o vereador João Marques igual reclamação com respeito á escola do sexo feminino do logar do Reguengo Grande, oficiando-se ao aludido Inspector para que venha sem demora inspecionar as obras ultimamente feitas na casa onde a mesma escola funcionou e que foi mandada encerrar, a escola, por falta de condições higienicas deste edificio; aproveitando a ocasião para, no caso desta referida casa ainda não servir para o fim a que é destinada, inspecionam duas casas que o cidadão Casimiro da Silva Marques possui e que lhe parece ser adequadas qualquer d'elas para escola. A Camara concordando com a reclamação deliberou que seja aberto concurso para o provimento desta escola, oficiando-se ao Inspector no sentido indicado.

|¹⁹ Ainda o vereador Vieira interpelou o presidente da Comissão Executiva ácerca do que havia feito sobre a conferição das medidas para líquidos, do padrão deste concelho que são, como já por diversas vezes tem dito, maiores do que as dos padrões dos concelhos limitrofes. O presidente da Comissão informou que mandara proceder á respectiva conferencia tendo-lhe sido dito que as medidas estão certas, contudo como o vereador Vieira insistisse em afirmar que não são iguais ás dos outros concelhos, aguarda que o aferidor vá a Lisboa para n'essa ocasião ir com as medidas á repartição competente no Ministerio do Fomento proceder á competente conferencia._ A Camara concordando com esta opinião resolveu que tal serviço seja feito no menor prazo de tempo possível.

Em seguida o vereador João Maria da Silva Marques disse que não tendo a Comissão Executiva desta Camara dado até hoje, como lhe cumpria, andamento algum ao que esta Camara deliberára em sessão de sete de janeiro deste ano, sobre o fornecimento de dês candieiros destinados á iluminação publica do logar de Reguengo Grande, por isso péde á Camara se manifeste sobre o assunto, disendo-lhe se a Comissão deve ou não mandar colocar os referidos candieiros nos seus respectivos logares.

Pelo Presidente da Comissão Executiva, |^{19v} foi informado que os candieiros não estão ainda concluidos apesar de já ter terminado o praso para o respectivo arrematante os concluir, porque este lhe tem pedido diversas prorrogações, ao que ele presidente tem anuido em vista dos boatos que, com uma certa insistencia, tem circulado, de que o pòvo do Reguengo os apedrejaria após a sua colocação. A declaração dos boatos foi corroborada pelo vereador José do Nascimento Neves, que disse ser vós corrente pela sua freguesia o que o presidente acaba de diser.

Pelo vereador João Marques foi garantido que tal boato não tinha fundamento algum, aproveitando o estar no uso da palavra para perguntar se a madeira proveniente do desbaste feito no pinhal do município no sítio dos Camarnais já foi vendida e qual a receita digo a importância da receita proveniente desta venda; Informando o vereador José do Nascimento Neves que os paus cortados aludido pinhal estão vendidos sob palavra a diferentes indivíduos por uma quantia que não pôde precisar pois que o respectivo guarda ainda não lhe deu a nota total das vendas e que é pena não poder ser feito maior desbaste porque há bastantes pessoas que compraram a respectiva madeira.

Nesta altura o vereador João Mar- |²⁰ ques voltou novamente a instar para que a camara determinasse um prazo curto para a colocação dos candieiros no lugar do Reguengo Grande; e como da discussão que se travou sobre este assunto entre todos os vereadores não se fixasse prazo, o dito Marques propôs que este fosse de quinze dias, retorquindo-lhe o vereador José do Nascimento Neves ser curto este prazo devendo este ir até 31 do corrente.

Estabelecendo-se discussão muito acalorada entre os vereadores e o presidente da Comissão Executiva e não podendo a presidência serenar a discussão, ia para interromper a sessão quando o vereador Marques pedindo licença saiu da sala, encerrando-se em acto contínuo em nome da lei a sessão ordinária deste trimestre por não haver outros assuntos a tratar.

De tudo para constar se lavrou esta acta que vai ser devidamente assinada depois de lida por mim

José do Nascimento Neves secretario que a subscrevi, ressaltando a entre linha feita a folhas 299-v. do livro nº 12, que diz – “vender-se em hasta publica a madeira do referido pinhal, _” e a rasura da palavra_“sêr”._

Alfredo Manuel candeias

José Narciso

Joaquim H.H. Almeida

Pedro Marques de Camacho

|^{20v} António Rodrigo de Carvalho

Silvano Marcelino

José da Silva Henriques Cordeiro

Augusto dos Santos Picão

João Maria da Silva Marques

José António Custódio Neves

José do Nascimento Neves

António Vieira Junior

António Maria da silva